

# **Sumário**

Introdução.....	1
Capítulo I: Ativismo Judicial .....	5
1.1 Breves aspectos históricos .....	5
1.2 Conceitos de ativismo judicial.....	10
1.3 Ativismo judicial, interpretação do direito e neoconstitucionalismo.....	12
1.4 Ativismo judicial e separação de Poderes.....	30
1.4.1 Separação de Poderes em perspectiva: dois argumentos .....	38
1.5 Ativismo judicial e a expansão da jurisdição constitucional.....	59
1.6 Ativismo judicial e judicialização da política.....	67
1.7 Síntese do Capítulo I.....	73
Capítulo II: A Evolução do Controle Judicial do Ato Administrativo .....	75
2.1 Formas históricas de controle da Administração Pública: França e o debate Dicey vs. Hauriou.....	76
2.2 Controle moderado do ato administrativo .....	84
2.3 Constitucionalização do direito administrativo, neoconstitucionalismo e juridicidade administrativa.....	97
2.3.1 Breve contraponto .....	106
2.4 Controle não deferente dos atos administrativos .....	109
2.4.1 A doutrina de Diogo de Figueiredo Moreira Neto .....	110
2.4.2 A doutrina de Maria Sylvia Di Pietro.....	112
2.4.3 A doutrina de Carmen Lúcia Antunes Rocha.....	115
2.4.4 A doutrina de Odete Medauar.....	116

2.4.5 A doutrina de Gustavo Binenbojm .....	117
2.4.6 A doutrina de Juarez Freitas e o direito fundamental à boa administração pública .....	124
2.5 Síntese do Capítulo II .....	131
Capítulo III: Princípio da Deferência à Administração Pública .....	133
3.1 Um modelo de minimalismo judicial.....	134
3.1.1 Dimensão procedural do minimalismo .....	135
3.1.2 Julgamentos estreitos e superficiais.....	135
3.1.3 Custos e erros judiciais.....	138
3.1.4 Dimensão substancial do minimalismo e a promoção da democracia .....	140
3.2 A deferência no caso <i>Chevron</i> .....	146
3.2.1 <i>Chevron USA Inc. versus Natural Resources Defense Council</i> .....	146
3.2.2 Os dois passos de <i>Chevron</i> .....	150
3.2.3 O conceito de agência nos Estados Unidos.....	157
3.2.4 Alcance de <i>Chevron</i> .....	161
3.2.5 Impacto de <i>Chevron</i> .....	165
3.2.6 Argumentos a favor de <i>Chevron</i> .....	171
3.2.6.1 Capacidades institucionais: expertise técnica e legitimidade democrática .....	171
3.2.6.2 Eficiência .....	178
3.2.6.3 Uniformidade nacional e segurança jurídica.....	180
3.2.7 Argumentos contrários a <i>Chevron</i> .....	181
3.2.8 <i>Chevron</i> na jurisprudência brasileira .....	188

3.3 Fundamentos do princípio da deferência à Administração Pública no Brasil .....	193
3.3.1 Razões institucionais .....	197
3.3.2 Fundamentos jurídicos .....	201
3.3.2.1 Separação de Poderes.....	201
3.3.2.2. Artigo 22 da LINDB.....	213
3.3.2.3 Presunção de legitimidade/veracidade e eficiência administrativa.....	220
3.3.2.4 A questão da inafastabilidade jurisdicional .....	223
3.3.3 Parâmetros de aplicação do princípio da deferência .....	227
3.4 Síntese do Capítulo III.....	230
Conclusão .....	233
Referências .....	239